

CAMPUS



SOL NASCENTE LUTA POR
JUSTIÇA AMBIENTAL

UNIVERSIDADE COMBATE
CHAGAS COM TECNOLOGIA

TALENTOS DO DF BRILHAM
COM LUÍSA SONZA

DE PORTAS ABERTAS

Comunidade acadêmica avalia
impacto da aprovação histórica
das cotas trans na UnB

CARTA DA EDITORA

A primeira edição do **Campus** deste semestre reflete a pluralidade de temas e vivências de Brasília e de sua marcante comunidade acadêmica. Neste espaço, a equipe decidiu dar voz às diferentes faces da capital, abordando temas de impacto que perpassam o cotidiano de muitos dos que vivem, estudam, trabalham e iniciam suas carreiras e sonhos por aqui. Como será visto nas páginas seguintes, a cidade modernista pensada com curvas e amplas avenidas também abriga e tem de conviver com questões que não estavam nos planos de Lucio Costa: os desafios de quem busca um lugar de pertencimento, lutas por justiça social e ambiental e o recorrente fechamento de bares em quadras comerciais. Outras histórias apontam para um futuro de possibilidades e encontros no Distrito Federal, onde a tecnologia, dança, esporte e o saber acadêmico se unem. Convidamos você a percorrer com nossos repórteres um trajeto de diferentes Brasília, a observar de perto as vozes que coexistem e fazem parte da nossa comunidade. Que a leitura inspire um olhar mais profundo e sem desvios sobre a cidade, seus encontros e suas muitas ocultas encruzilhadas.

Júlia Moita

EXPEDIENTE

CAMPUS
Jornal Laboratório
do Departamento
de Jornalismo
da Faculdade de
Comunicação - UnB

Edição 458
nov/dez de 2024

Edição executiva
Júlia Moita

Projeto Gráfico
Clara Espinoza

Reportagem e edição
Cauã Zambrotti
Gabriel Borges
Giovanna Kunz
Héllen Gomes
Lara Costa
Luiza Altoé
Patrícia Bezerra
Sara Barreto

Professor responsável
Sérgio de Sá

Jornalista
José Luiz Silva

Monitora
Ana Carolina Alves

Agradecimento
Luciano Mendes

Impressão
RB Digital

Tiragem
1.000 exemplares

Foto capa
Luis Gustavo Prado/
Secom - UnB

MEMÓRIA



Na edição nº 286, de maio de 2004, o sistema de cotas raciais para ingresso na Universidade de Brasília (UnB) era novidade. As repórteres Bruna Vicina, Mônica Silva e Vanessa Silva iniciaram o debate acerca do enfrentamento de dilemas étnico-raciais brasileiros dentro da UnB explorando as polêmicas que o assunto trouxe na época.

Vinte anos depois, o trabalho de inclusão e de promoção de políticas de combate à discriminação na Universidade continua e nós retornamos à pauta para mostrar detalhes sobre a aprovação das cotas trans, que estão em processo de implementação.

SAÚDE

De olho digital no barbeiro

Projetos da UnB investem em monitoramento da doença de Chagas no Brasil

Por Lara Costa

A doença de Chagas, ou *Tripanossomíase americana*, é uma infecção parasitária que tem como vetor o protozoário *Trypanosoma cruzi*. O transmissor é o barbeiro, inseto que tem o costume de picar as pessoas na região do rosto.

Em 2023, dados da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) revelaram que mais de 1,2 milhão de brasileiros estão infectados e 70% desconhecem o diagnóstico.

Mesmo com a baixa incidência, a doença ainda é um problema no Brasil. Preocupados com essa situação, professores da Universidade de Brasília (UnB) criaram um aplicativo e um sistema de informação para detectar os focos de barbeiros. O TriatoDex tem como objetivo identificar vetores e o SisVetor – Chagas é um banco de dados sobre casos.

O TriatoDex foi lançado em 2021 e tem como objetivo verificar as 158 espécies causadoras da doença. Antes, os barbeiros eram registrados por meio de programas desatualizados que não localizavam novas espécies. Atualmente o Ministério da Saúde já recomenda que os profissionais da área utilizem a ferramenta para vigilância e controle, além de compartilhar conhecimento com a sociedade.

“Há algumas estratégias inovadoras que podem ajudar a fortalecer o monitoramento, como: treinamento on-line para agentes de saúde, desenvolvimento de novos aplicativos para identificar vetores e melhorar a vigilância, a ciência cidadã e o mapeamento de risco de transmissão”, justifica o professor Rodrigo Gurgel, da Faculdade de Medicina da

Universidade de Brasília (UnB), desenvolvedor do projeto. Para o futuro, existem planos de colaboração entre o TriatoDex e o SisVetor – Chagas, com discussões para incluir a tecnologia de identificação de forma automatizada dentro do programa.

Registro

O Sisvetor – Chagas, projeto financiado pelo Ministério da Saúde e coordenado pelos professores Jonas Brant e Marcos Obara, da UnB, tem como objetivo monitorar vetores em diferentes estados brasileiros. O sistema de informação surgiu a partir de um software chamado SisVetor, criado por Brant. O método também monitora o *Aedes aegypti*, mosquito causador da dengue, zika e chikungunya.

A tecnologia ainda não foi implementada pela Secretaria de Saúde do DF (SES-DF); mas o projeto piloto funciona em alguns municípios, como São Luiz dos Montes Belos, Goiás; Espinosa e Porteirinha, em Minas Gerais; Igaracy, em Pernambuco; e São Desidério, na Bahia. A expectativa é que seja lançado oficialmente em 2026.

Mesmo a doença não sendo tão comum no DF, Brant reforça a importância da ferramenta e suas tecnologias para o tratamento. “Muitos se infectaram há muito tempo, então é importante entender que há milhões de pessoas contaminadas no Brasil que precisam ser monitoradas, tratadas e acompanhadas corretamente por cardiologistas.”

Marcos Obara acrescenta que a sistematização das informações pode ajudar

as autoridades de municípios e estados na elaboração de políticas públicas. “Dessa forma, os núcleos de entomologia estaduais e municipais, que realizam a identificação dos vetores, terão condições de fortalecer a vigilância em tempo real. Além de garantir um histórico de dados sobre os indicadores entomológicos nesses locais”, defende.

Histórico

No passado, países da América Latina, como Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile, reuniram esforços para eliminar a doença. A iniciativa reduziu a incidência em 70%, assim como a contaminação nas residências. Em 2006, o Brasil foi o último país a diminuir o número de casos. A região Norte é a que tem a maior concentração de infectados, sendo que 90% deles estão no Amazonas. Outros estados que também apresentam alta taxa são Amapá, Tocantins, Acre e Maranhão.

Para Rafaella Albuquerque e Silva, consultora técnica de zoonoses e doenças de transmissão vetorial do Ministério da Saúde, constantemente surgem mudanças na forma de contágio. “Atualmente temos casos registrados vinculados a uma outra forma de transmissão: a forma oral. Este tem uma particularidade importante, pois ocorre devido ao consumo de alimentos *in natura* contaminados e sem o devido processamento higiênico”, explica.

A especialista também acredita que existem dois objetivos principais na vigilância da doença: “Manter o controle na região extra amazônica e estabelecer medidas de prevenção para as áreas com transmissão oral”.

DIVERSIDADE

Momento de transição na UnB

Aprovadas neste semestre, cotas trans dão perspectiva de um futuro mais inclusivo na Universidade

Por Gabriel Borges



Estudantes se emocionam com aprovação das cotas trans | Luis Gustavo Prado/Secom - UnB

Era uma quinta-feira amena quando estudantes da Universidade de Brasília (UnB) comemoravam a admissão das cotas para pessoas transgênero. Com abraços emocionados, os discentes vibraram com o anúncio de que as sonhadas cotas haviam acabado de ser aprovadas pelos votantes com unanimidade, durante sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) ocorrida em 17 de outubro deste ano.

Para mapear a respectiva recepção da decisão sancionada em favor dos estudantes transgênero, o **Campus** apurou o posicionamento das principais entidades representativas da comunidade acadêmica e grupos integrados ao cotidiano da Universidade.

De acordo com Maktus Fabiano, estudante do curso de História e membro da última gestão do Diretório Central dos Estudantes Honestino Guimarães (DCE) – vigente durante o processo de aprovação das cotas –, embora bem recebido, o sistema de cotas para pessoas trans encontrou resistência na própria comunidade acadêmica. “É interessante observar como o processo de implementação das cotas trans na UnB também foi acompanhado de uma reação conservadora”, ressalta.

Maktus, inclusive, discursou durante a sessão do dia 17 de outubro, quando exigiu que, para além das cotas, obras de pessoas trans fossem incluídas nas bibliografias e mais servidores transgênero, admitidos na UnB. “Que a gente consiga transicionar as universidades de todo nosso país”, declarou, em discurso.

Pioneira na sanção de políticas afirmativas de inclusão entre as instituições federais de ensino superior, a UnB é uma das poucas universidades federais brasileiras a instituir um sistema de cotas específico para pessoas trans – homens e mulheres trans, travestis, transmasculinos, transfemininas e pessoas não-binárias. A resolução aprovada determina que 2% do total de vagas disponíveis para a graduação seja reservado para pessoas trans, sendo, no mínimo, uma vaga por curso.

A Associação dos Docentes da UnB (ADUnB) considera a admissão das cotas para pessoas transgênero um “marco importante”. Em nota, a instituição responsável por representar os professores da Universidade defende a decisão

do Cepe. “Inserir as pessoas trans por meio das cotas é uma conquista que vai ao encontro desse anseio histórico daqueles que lutam pela educação pública.” Procurado pelo **Campus**, o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub) não deu um posicionamento sobre a admissão das cotas.

Opiniões divergentes

No dia seguinte à sessão do Cepe na Reitoria, o perfil oficial da UnB publicou nas redes sociais a conquista dos estudantes transgênero, o que levantou um fervoroso e polarizado debate na seção de comentários sobre a necessidade de pessoas trans terem uma fração do total de vagas de graduação. Entre as interações publicadas, mensagens de apoio e comemoração podem ser encontradas sem muita dificuldade.

Contudo, é possível identificar também muitos conteúdos de teor transfóbico – como é chamado o preconceito direcionado a pessoas trans – nos comentários da publicação, que soma mais de mil interações. “Um verdadeiro retrocesso”, “Fim do mundo”, “E a cota para héteros vem quando?” são alguns exemplos de mensagens discriminatórias.

Grupos religiosos cristãos, tradicionalmente ligados a posicionamentos mais conservadores, como o Núcleo de Vida Cristã (NVC) e a Comunidade Católica da UnB, preferiram

não emitir um posicionamento oficial a esta reportagem. O NVC afirmou que “provavelmente haverá uma ampla gama de opiniões divergentes a respeito desse tema entre os membros do núcleo”, enquanto a Comunidade Católica alegou não ter feito parte da discussão sobre as cotas.

Na pele de quem sofre (e sonha)

De acordo com a edição mais recente da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES, publicada em 2019 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a proporção de estudantes na graduação que se declararam trans é muito baixa, da ordem de 0,2% em todo o país. “A reserva de vagas para pessoas trans na UnB é de grande importância, uma vez que se trata de um segmento historicamente excluído do acesso à escola e ao mercado de trabalho”, explica Maria Célia Selem, da Coordenação LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da UnB (SDH) vigente durante a aprovação das cotas. “Muitas pessoas trans vem de um processo de rompimento de vínculos familiares, o que as coloca em situação de extrema vulnerabilidade”, observa.

Maethe Carvalho, que cursa Língua Inglesa e Respectiva Literatura, acredita na potencialidade de transformação da realidade das pessoas trans que, assim como ela, estudam na UnB. “Cotas são direitos que trazem consigo somente benefícios a uma população que é vulnerável. Dar a cara e gritar seus direitos é um dos primeiros passos para a mudança que, graças a essa participação, foi possível e é fundamental”, aponta a estudante. “É importante lembrar que é só o início de uma luta grande, mas que é necessária e, apesar de difícil e trabalhosa, não é impossível”, projeta em tom de esperança.

Esperança que alimenta o sonho de inúmeras pessoas trans que desejam ingressar na UnB por meio das novas cotas. Esse é o caso de Roy Fonseca, estudante de ensino médio que não esconde a vontade de entrar para a Universidade. Ele reconhece a luta necessária para o alcance de políticas inclusivas: “A ocupação de espaços que antes não eram ocupados faz com nos vejamos enquanto indivíduos merecedores de respeito e não marginais fora das regras de gênero”, afirma.



O então vice-reitor, Enrique Huelva, discursa em sessão que instituiu cotas trans na UnB | Luis Gustavo Prado/Secom - UnB

MEIO AMBIENTE

Resistência floresce na periferia

Em uma Brasília quente e desigual, moradores do Sol Nascente buscam justiça climática com coletivos e hortas comunitárias

Por Patrícia Bezerra

Há quem diga que o brasileiro está acostumado a lidar com calor e baixa umidade do ar. Mas, em 2024, notícias atreladas a recordes de temperatura se tornaram recorrentes no cotidiano da capital federal, o que provocou um olhar mais atento de uma parcela da população para as mudanças climáticas no Brasil.

Para algumas áreas de Brasília, esses eventos climáticos são rapidamente contornados por planos de contenção e políticas emergenciais. No entanto, a periferia vive um outro lado dessa realidade. Em regiões como o Sol Nascente, esses fenômenos expõem uma questão triste e invisível: o racismo ambiental.

O Sol Nascente, como muitas outras periferias do Brasil, enfrenta uma luta constante contra o abandono e as desigualdades estruturais. Com o agravamento das mudanças climáticas, as consequências do racismo ambiental que era evidente se tornam mais aparentes. Apesar do longo caminho até as políticas públicas serem capazes de dar suporte à comunidade, são ações locais, como as do coletivo Mulheres do Sol, da Casa da Natureza e do Plano Comunitário de Gestão e Redução de Riscos, que demonstram a força e a capacidade da própria comunidade de transformar o espaço que habitam.

Trabalho coletivo que inspira

O coletivo Mulheres do Sol é um exemplo de ação alternativa feita por moradores da região administrativa, principalmente mulheres. Com hortas comunitárias, elas transformam terrenos abandonados em áreas produtivas, ao criar soluções para garantir segurança alimentar.

Segundo Andreia Lopes, integrante do coletivo, o grupo levou cerca de seis meses para ser criado, pois foi preciso realizar diversas rodas de conversa entre os envolvidos. “Estamos com diversos projetos, como aulas de reforço, computação e cozinha comunitária. Por meio de nossa cozinha, já distribuimos cerca de 150 marmitas para a comunidade”, conta.

Para além dos projetos, Andreia afirma que o coletivo atua para que a comunidade siga em busca de direitos para conquistarem melhorias. “Temos nossa horta comunitária e queremos plantar, colher, levar para a cozinha e entregar para a comunidade. Queremos usufruir do nosso direito de alimentação, água, luz e saneamento”, reivindica ela. “Daqui a alguns anos, queremos ver nossa comunidade com mais infraestrutura e qualidade de vida. É atrás disso que estamos indo com as nossas ações.”

Em paralelo às ações do Mulheres do Sol, a Casa da Natureza tem como missão criar espaços de conscientização e educação ambiental, onde os moradores aprendem a importância da preservação e da sustentabilidade. No espaço, atividades como oficinas de reciclagem, compostagem e plantio de mudas são realizadas para promover o contato direto da comunidade com práticas que transformam o ambiente.

A escuta ativa e os laços afetivos criados entre comunidade têm sido diferenciais na atuação do coletivo. A ativista socioambiental e cofundadora da Casa da Natureza Ivanete dos



A Casa da Natureza oferece oficinas para a comunidade, como a de absorventes ecológicos | Casa da Natureza/Divulgação

Santos compartilha desse mesmo pensamento. “A comunidade está de portas abertas para receber os movimentos, mas é preciso que eles [os moradores] ouçam mais. Não adianta vir lá do Plano Piloto com tudo pronto e falar ‘vamos fazer assim’. É preciso aprender a ouvir a comunidade, saber das necessidades locais e fazer com que a comunidade tenha confiança naquilo que é proposto”, defende a ativista socioambiental. “Sempre que os moradores veem o portão da Casa da Natureza aberto, eles se sentem acolhidos, pois sabem que serão ouvidos aqui.”

Além dos coletivos que se organizam dentro da própria comunidade, iniciativas externas têm colaborado ativamente no Sol Nascente. O Plano Comunitário de Gestão e Redução de Riscos é uma parceria entre o Laboratório Periférico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (FAU-UnB) e a Secretaria Nacional das Periferias (SNP) do Ministério das Cidades. Por meio dele, pesquisadores e técnicos de diferentes áreas se aliam aos moradores do Sol Nascente para mapear possíveis riscos no território. A partir disso, desenvolvem propostas que utilizem soluções baseadas na natureza para reduzir os perigos na região.

“Não adianta vir lá do Plano Piloto com tudo pronto e falar ‘vamos fazer assim’. É preciso aprender a ouvir a comunidade”

- Ivanete dos Santos

Ativista socioambiental

Desafios atuais

Os problemas estruturais se estendem ao acúmulo de sujeira no Sol Nascente. A prática de coleta do lixo na região é por meio dos papa-lixos, isto é, contêineres semi-enterrados destinados para o descarte de lixo convencional. A moradora Roseane Silva afirma que eles não são suficientes. “Por conta do crescimento acelerado da região, esses papa-lixos não suprem a demanda e comumente são vistos abarrotados, transbordando e com acúmulo em volta. Isso gera muito mau cheiro e frequentemente atrai insetos e roedores”, exemplifica a moradora.

Além da poluição urbana, também há sujeira nas águas. A ativista socioambiental pós-graduada em Educação e Meio Ambiente Ivanete dos Santos cita o caso do Rio Melchior como o “maior caso” de racismo ambiental identificado na comunidade.

Localizado entre Ceilândia e Samambaia, o rio foi classificado como nível 4 na escala de poluição em 2014, o que restringe a utilização para navegação e proíbe atividades voltadas para lazer, como pesca e banho. “Isso aconteceu e, logo em seguida, chegou uma estação de tratamento de esgoto. Essa era a única alternativa para o despejo de efluentes? A estrutura não era para isso”, argumenta a especialista. Efluentes, no caso, são resíduos produzidos por indústrias e redes de esgoto lançados nos rios em forma de líquidos e gases.

Para conter a poluição causada por esse despejo, as bacias de contenção atuam como uma barreira para proteger a população da contaminação do rio. Segundo Beatriz Vicentin, arquiteta e integrante do Plano Comunitário de Gestão e Redução de Riscos, não é isso que acontece. “As bacias acabam gerando mais risco do que soluções devido à falta de manutenção dessas estruturas. Há vários acidentes registrados”, denuncia Beatriz. “É importante destacar que a situação desses dispositivos está relacionada ao local onde estão instalados. Basta olhar a proposta do Drenar DF para a bacia a ser instalada próxima ao late Clube Brasília para ver a diferença entre os projetos periféricos e centrais.”

SUSTENTABILIDADE

Sol para alguns

Alto custo e falta de infraestrutura básica dificultam acesso à energia solar nas regiões de baixa renda do DF

Por Luíza Altoé

O Distrito Federal (DF) abriga dois extremos: o Lago Sul e o Sol Nascente. Enquanto o primeiro tem a maior renda média do Brasil – R\$ 10.979 –, o outro é a segunda maior favela brasileira. Essa desigualdade social se reflete em várias dimensões, inclusive no acesso à energia solar. Apesar de ser considerada uma energia do futuro, os altos preços concentram essa tecnologia apenas nas regiões administrativas (RAs) mais ricas.

Segundo dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o DF tem mais de 437 megawatts (MW) de potência instalada dessa energia pelo território. No entanto, segundo levantamento do **Campus**, os mais de 24,1 mil consumidores estão concentrados nas áreas com mais poder aquisitivo, como Lago Sul, Park Way e Lago Norte, enquanto Sol Nascente, Varjão e Riacho Fundo ficam em desvantagem.

O valor do sistema fotovoltaico varia de acordo com o consumo médio de energia da residência. Proprietário da empresa Brasília Solar Energia Fotovoltaica e morador da Ceilândia, Marco Antônio Alves conta que uma casa no Lago Sul gasta, em média, R\$ 2 mil em energia por mês. Já na região do Sol Nascente, seria por volta de R\$ 200. Proporcionalmente, segundo ele, o investimento em placas solares na primeira seria de R\$ 60 mil e, na segunda, de R\$ 8 mil a R\$ 16 mil.

“São casas pequenas, que têm consumo [de energia] muito baixo. Então, acaba que fica muito irrelevante para o morador fazer um investimento e ter, de fato, o benefício que a energia solar traz, que é a economia”, explica Alves sobre a baixa demanda por essa tecnologia nessas comunidades do DF. No Sol Nascente, as principais compras são de comerciantes, que usam mais energia. São necessários, no mínimo, três anos para que a pessoa recupere o valor destinado à instalação.

Além dos altos custos, essas regiões também lidam com a falta de infraestrutura básica. É comum que, em áreas não regularizadas, elas tenham acesso a energia

por meio de formas ilegais, como os conhecidos “gatos”. “Por mais que os moradores consigam fazer ligações irregulares para dentro das casas, isso obviamente não é possível para a iluminação pública [das ruas]. Muitas vezes, acontecia deles terem os postes, mas eles não estarem funcionando”, conta Talyson Sousa, coordenador de desenvolvimento social da ONG Litro de Luz.

Desde 2014, a organização leva iluminação pública para comunidades carentes brasileiras de forma gratuita e por meio da instalação de postes alimentados por placas solares. Ao longo do dia, a energia solar é coletada, transformada em energia elétrica e armazenada em baterias que mantêm as leds ligadas durante a noite. Só no DF, os voluntários já instalaram 34 postes no Sol Nascente e outros 30 no Morro do Piauí, na Fercal.

Diversas ONGs brasileiras optam pelo uso dessa tecnologia pela não dependência de cabeamento, uma vez que a energia é gerada dentro das áreas de consumo e não depende de formas alternativas para levá-la até as pessoas. Dessa forma, o contato de RAs menos favorecidas com a “energia do futuro” é possibilitado por trabalhos voluntários ou pelo programa federal Minha Casa Minha Vida, que este ano recebeu placas solares para diminuir os custos da energia elétrica dos moradores.

Outra vantagem do uso dessa tecnologia está na predisposição do DF em gerar altas potências de energia pela luz do Sol. O território é localizado na região tropical, onde mais se recebe irradiação solar durante todo o ano, e o clima é marcado por muitos meses de seca. “A média de luz solar do ano do Centro-Oeste fica parelhado com o Nordeste, que também é bem seco e semiárido”, explica o professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Fernando Martins. Ele coordenou um estudo que aponta que a região vai registrar um aumento da irradiação solar de 0,3% em 2040, um dado benéfico para políticas energéticas.

Devido às mudanças climáticas, as chuvas devem diminuir, enquanto a temperatura, os períodos de seca e a emissão de gases de efeito



Instalação das placas fotovoltaicas em região nobre do DF | Brasília Solar Energia Fotovoltaica/Divulgação

estufa devem crescer. Sem precipitações e com poucas nuvens, não há barreiras naturais para os raios solares. O estudo conclui que, segundo as previsões, compensa instalar energia solar na região central do Brasil.

Caminhos

Para democratizar o acesso à energia solar, as ONGs apontam que são necessárias novas políticas públicas por parte do governo. Talyson Souza reforça que também é necessário que haja divulgação dos programas de incentivos fiscais, dos benefícios desse tipo de energia e das formas de instalação existentes. “Ainda é um valor muito alto, então quem não puder comprar, que seja subsidiado”, sugere.

Atualmente, a Caixa Econômica e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) oferecem linhas de crédito exclusivas para essas iniciativas. A Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema/DF) sugere que uma outra opção seria a “adesão ao sistema de compensação de energia elétrica, em que a energia gerada é transformada em créditos e abatida nas faturas de energia. Para isso, as comunidades podem formar cooperativas e escolher essa modalidade”.

A ONG Ideaas (Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Auto Sustentabilidade) tem abrangência nacional e leva energia renovável para comunidades isoladas do país. A coordenadora de projeto Ligia Kawata acredita ser essencial que os novos programas considerem as singularidades de cada local e também sejam compatíveis com as dificuldades das comunidades. “Não vai ser a concessionária que vai conseguir chegar lá e cuidar, mas sim a população”, conta.

Para a Absolar, também é crucial a aprovação do PL 624/23, em tramitação no Senado Federal. O projeto institui o Programa Renda Básica Energética e garante o acesso à eletricidade a famílias de baixa renda incluídas no CadÚnico, por meio de placas fotovoltaicas. Além disso, a proposta impõe às concessionárias que arquem com eventuais custos de melhorias no sistema de distribuição, sem cobranças ao consumidor.



Nelson Toru, da ONG Litro de Luz, instala poste de iluminação fotovoltaica no Sol Nascente | Litro de Luz/Divulgação

CULTURA

DF presente no balé de Sonza

Os quatro brasileiros que integram a equipe da cantora continuam na correria e se enxergam como trabalhadores

Por Sara Barreto

Luísa Sonza, uma das maiores artistas pop do Brasil, tem em sua equipe de dança quatro bailarinos do Distrito Federal. Vindos de diferentes regiões administrativas, eles conquistaram a tão desejada vaga em um balé de relevância nacional. No entanto, ao ocupar mais espaço, as responsabilidades aumentam e, conseqüentemente, a “ralação” não acaba.

Flávio Verne, coreógrafo e diretor criativo, e os bailarinos Milena Conde, Karina Araújo e Bruno Vitor ocupam essas posições. Eles chamam atenção pelo talento excepcional, mas carregam consigo os aprendizados adquiridos na capital. A ascensão meteórica de um bailarino para palcos grandiosos, pode parecer instantânea. Porém, essa trajetória é constantemente construída a partir do trabalho árduo.

O ano é 2022, no Palco Sunset do *Rock in Rio*. Luísa Sonza sobe ao palco e o gramado imediatamente é tomado pelo público. Usando as joelheiras – marca registrada que auxilia na execução dos passos de dança –, performou sucessos da carreira. Em meio aos dançarinos, Milena Conde estreava no balé de uma diva pop.

Um ano depois, na primeira edição do *The Town* em São Paulo, novos dançarinos do DF se lançaram no corpo de dança da cantora. Dessa vez, subiram ao palco Karina Araújo e Bruno Vitor. Nos bastidores, o diretor criativo Flávio Verne coordenava os movimentos.

Primeiros passos

Reconhecido no meio nacional da dança, Flávio Verne é o responsável por danças virais da internet, como a coreografia de “Anaconda” da Luísa Sonza, que já soma mais de 36 milhões de visualizações.

Taguatinguense, Flávio Verne conheceu a dança ainda criança. Após se destacar em companhias locais, mudou-se para São Paulo, onde se tornou um dos coreógrafos mais requisitados do país. Em 2018, foi convidado para coreografar Luísa Sonza, iniciando uma parceria de sucesso.

A primeira bailarina do DF convidada por Flávio para compor o corpo de dança de Luísa foi Milena Conde. Nascida no Guará, na infância frequentou aulas de balé, o que despertou sua paixão pela arte. Quando começou a fazer parte de uma companhia, escolheu a área como profissão: “A partir do momento que eu entrei na companhia e vi que aquilo era um trabalho, eu entendi que queria viver disso até meu corpo aguentar”, conta a dançarina.

Já Karina Araújo, de Sobradinho, explica que a arte sempre esteve presente em sua casa. Aliás, a marca registrada das festas em família são os momentos de dança. Ao graduar-se em Medicina Veterinária, viveu um impasse: seguir na carreira de formação ou investir na arte? E ao experimentar fazer parte de uma companhia, Karina decidiu: “Enquanto meu corpo conseguir se dedicar a isso 100%, eu vou continuar na dança. Quando o universo mandar, eu volto para a Veterinária”, explica.

Em outro canto da capital federal, no Gama, viviam Bruno Vitor e família. Ainda na infância,



Karina Araújo, Bruno Vitor e Milena Conde brilham na dança, levando o talento do DF aos palcos nacionais | Acervo pessoal

por gostar de assistir vídeos, o interesse pela dança foi desenvolvido. O bailarino enxergava um cenário de dança carente na cidade onde morava, com muita gente talentosa, mas com pouco espaço para aproveitamento. Então, com um amigo, fundou a companhia *Empire Crew*. “Tentei correr atrás e foi muito legal porque eu consegui trazer muitas pessoas que talvez nem dançariam por conta da falta de espaços perto de casa”, explica Bruno. Atualmente, mesmo com Bruno não fazendo mais parte, a *Empire* continua atuante na cena local.

Ao trilhar jornada em São Paulo, Flávio tornou-se inspiração para jovens talentos de sua terra natal que o acompanhavam. Mesmo distante fisicamente, o coreógrafo não se desvinculou do Distrito Federal. Estando hoje em um lugar de maior prestígio, utiliza sua influência para abrir caminhos, como conta Karina: “Além de o Flávio inspirar, ele incluiu e chamou a gente. Foi convite mesmo. Ele está importando a galera de Brasília”.

“Existe uma vontade em mim de ver pessoas de outros lugares ocupando esses espaços, porque sei que existe muita gente talentosa em outras cidades do Brasil. São pessoas que eu já conhecia o trabalho e sabia da potência que cada um tem, acho que dessa maneira acabo sendo um facilitador para eles virem para São Paulo e terem oportunidades”, explica Flávio

O corre não para

Com a consciência de que suas jornadas individuais motivam outros dançarinos, eles explicam que, na agitação do dia a dia e com tantas demandas, não se apropriam desse lugar de inspiração: “É um corre e sempre vai ser. O palco é um lugar lindo que a gente realmente batalhou para estar, mas o fato de continuarmos correndo atrás é ainda mais inspirador. Ser artista é difícil e, pra gente que se mudou, continua sendo”, conta Bruno.

Para o Flávio, não é diferente. Ele identifica os inúmeros desafios que já enfrentou profissionalmente e que ainda existem. Em Brasília, ter alunos o suficiente o preocupava. Em SP, começar carreira em outro estado. Hoje em dia, “lidar com a expectativa das pessoas e com as cobranças externas”. “Estou em outro momento de vida e de carreira, com outras ambições e vontades, mas sigo no corre”, complementa o artista.

De SP, os dançarinos acompanham e torcem pelo fortalecimento da dança na capital do país. “Eu sou apaixonado por Brasília e pela cena de dança que a gente tem, mas acho que falta incentivo no geral. É um local que ainda não tem uma companhia de dança profissional da cidade, o teatro nacional segue fechado, poucos eventos acontecendo...”, observa o coreógrafo Flávio.

“A galera estuda muito e cresce mesmo sem recurso. Nos editais das leis de Incentivo temos mais possibilidades, mas poucas pessoas são contempladas”, lamenta Karina. A bailarina Milena conta que deseja poder voltar para sua cidade e utilizar seus aprendizados para estimular a dança local: “É uma cena muito potente, mas a galera não dá valor. Meu sonho é que eu pudesse sair de Brasília, viver o que tivesse para viver, e depois voltasse para lá e fizesse acontecer”.



O coreógrafo taguatinguense Flávio Verne e Luísa Sonza na premiação do *Latin Grammys 2024* | Acervo pessoal

ESPORTE

Descobridor de talentos

Écio Antunes, coordenador do Brasília Futebol Academia, é referência na formação de atletas para o futebol do país

Por Cauã Zambrotti

Reinier, joia do Flamengo, Gustavo Maia, revelação do São Paulo, e Endrick, tesouro palmeirense. Foi assim que os jovens despertaram, rapidamente, a atenção do Brasil e do exterior nas competições juniores de que participavam. No entanto, o treinador brasiliense Écio Antunes Morgado já sabia da qualidade dos passes e chutes destes jogadores bem antes.

Idealizado pelo ex-jogador, o projeto Brasília Futebol Academia (BFA/Maringá) marcou o início das três trajetórias e encaminhou os garotos para as bases dos times em que despontaram. A academia de formação coleciona títulos e revela dezenas de atletas anualmente.

A base da base

Criado em 2009, o BFA/Maringá surgiu como resposta à carência de projetos de formação para jogadores no DF. Écio explica que o objetivo da iniciativa era “identificar e desenvolver talentos ainda nas fases iniciais do futebol”. Dessa forma, a academia se consolidou como uma espécie de “pré-categoria de base”, em que os atletas recebem acompanhamento educacional e treinamento técnico-disciplinar.

“O DNA do BFA não é prender, é revelar. Nós queremos permitir que os jovens explorem outras oportunidades, e isso ajuda muito na trajetória e no desenvolvimento de cada um.” Essa é a diretriz que o gestor de 58 anos segue e garante ser o diferencial da escolinha em relação às grandes franquias presentes no DF. Hoje, administrado por Écio e a filha Pyetra Nicole, o projeto atua em duas sedes: no Clube AEEBC, no SIA, e na Arena CCB, no Cruzeiro. Os treinos são realizados de segunda a quinta, em diferentes horários, atendendo jovens de 5 a 17 anos.

Para possibilitar que os jovens possam acompanhar a rotina de treinamentos, a empresa oferece bolsas parciais e integrais que visam auxiliar nas mensalidades e no transporte dos alunos. “Hoje em dia, até para entrar em uma competição, você tem que pagar para assistir. É um processo muito caro, e muitos desses meninos não têm condição de vir treinar, por isso tentamos ajudar”, explica. Ao longo dos anos, o BFA construiu uma fama de “celeiro” de promessas e se tornou referência nacional. As passagens mais marcantes foram dos três jogadores que despertaram o interesse da dupla de gigantes espanhóis: Reinier e Endrick foram vendidos ao Real Madrid, e Gustavo Maia foi transferido para o Barcelona.



Endrick treinou dos 7 aos 11 anos com Écio no Brasília Futebol Academia | Acervo pessoal



Clube AEEBC, localizado no Guará, sedia treinamentos semanais das “joias” do BFA | Cauã Zambrotti

No entanto, o caminho para construir um nome de confiança não foi individual. Écio faz questão de destacar as parcerias que facilitam e fortalecem o trabalho da academia, como o projeto Rogerinho Social, de Sobradinho, e o Centro de Treinamentos Leandro e Fábio (Celefa), clube de Valparaíso. Atuando como “braços” do BFA, as iniciativas encaminham jovens carentes e talentosos para a escolinha como se fossem uma primeira peneira. Écio relembra, inclusive, que Endrick chegou ao BFA pelo Celefa após um amistoso contra o time do Entorno. Na oportunidade, o atacante tinha sete anos e ficava sob a orientação da professora Marília Rocha, sua primeira treinadora.

Dedicação

Écio Antunes carrega uma longa e diversificada trajetória no esporte. Foi atleta profissional durante 18 anos e passou por diversos clubes, como Figueirense, Londrina e Operário. Em Brasília, trabalhou por oito anos na Secretaria de Esporte e Lazer do DF e no Ministério do Esporte, atuando em iniciativas sociais voltadas para o futebol.

Com as “chuteiras penduradas”, mas ansiando por outros desafios, Écio assumiu a gestão das categorias de futebol do late Clube de Brasília, onde se dedicou à implementação de projetos e à ampliação das atividades da Instituição. Em 2009, o então treinador decidiu começar a própria empresa. Hoje, o BFA acumula muito mais do que centenas de atletas revelados e uma sala cheia de troféus. O carinho dos jovens com o “tio Écio”, como é apelidado nos gramados, também passa para os pais e parentes. Como torcedores à beira do campo, os familiares acompanham aos treinadores com muita confiança em cada etapa do processo.

Juca Silva, personal trainer, acompanha os treinamentos dos filhos Felipe (16) e Eduardo (11) e valoriza o trabalho da academia: “Meus filhos, conhecidos aqui como Baptista e Dudu, se sentem valorizados e importantes no processo. Respeitam os colegas, professores e árbitros, vibram com as vitórias e lidam bem com as dificuldades e derrotas. Acho que essas experiências serão úteis para outras áreas da vida deles também”, aponta.

O servidor público Junio Ferreira, por sua vez, destaca a boa relação que Écio constrói com os alunos: “Dentro de campo é como se ele fosse um paizão, mas também grita, cobra,

e não quer ver ninguém parado. É um cara que ama o futebol e transmite isso pra molecada”, observa o pai do jogador Enzo, de 12 anos.

A paixão dedicada ao projeto, contudo, não é só de Écio Antunes. A garra para fazer a diferença e a gana de vencer do ex-jogador inspiram todos ao redor. Flávio Rodrigues, coordenador técnico do BFA, é o melhor exemplo de quem “vestiu a camisa” da iniciativa. Vigilante por profissão, ele contribui com as atividades da escolinha de forma totalmente voluntária. Nos tempos livres do serviço, auxilia na prospecção de novos atletas e acompanha o BFA nos torneios de que participa.

De acordo com Flávio, a metodologia de Écio não é apenas técnica, mas também humana. O ex-jogador tem uma capacidade rara de perceber o potencial e entender as necessidades especiais de cada aluno, o que torna o processo de formação mais eficaz e justo para cada individualidade. “O diferencial é o olhar, a forma que ele lida e enxerga cada moleque. Ele tem uma percepção que não é todo mundo que tem”, garante Flávio.

Contra-ataque

Desde 2021, o Brasília Futebol Academia passou a ser federado ao lado de uma marca já existente: o Maringá. Sob o nome BFA/Maringá, o projeto de Écio pode ganhar maior reconhecimento pelas suas revelações, superando uma dificuldade que enfrenta desde sua criação: a sustentabilidade financeira.

Endrick, Reinier e Gustavo Maia, por exemplo, não renderam nenhuma porcentagem de retorno financeiro ao BFA desde 2019. Isso porque, antes do registro federativo, a empresa não conseguia documentar os vínculos dos atletas e, conseqüentemente, não era reconhecida como formadora. Tendo recebido pouquíssimos royalties pelas transferências de ex-jogadores, o BFA vive em busca de patrocínios para evitar as dívidas.

Apesar dos desafios, Pyetra Nicole, a principal gestora no cotidiano do projeto, guarda uma visão positiva sobre o futuro. Ela fala com muito carinho sobre o envolvimento de Écio com a iniciativa e garante que a dedicação vai fazer a diferença. “Meu pai é uma pessoa extraordinária, de um coração muito bondoso. Ele vê o sonho dele nos meninos e coloca muita expectativa nisso. A hora do BFA ainda vai chegar.”

SOCIEDADE

Brasília vive em silêncio

Moradores da Asa Norte reclamam do barulho e desencadeiam uma série de fechamentos de bares

Por Giovanna Kunz

Cidade silenciosa e administrativa, Brasília nasceu como uma área planejada e tranquila. Apesar disso, o ambiente se transformou muito com o crescimento populacional, contexto que propiciou um conflito entre a vida noturna e o sossego. Enquanto em outros locais o silêncio luta para coexistir com a efervescência das ruas, o barulho e a diversão parecem perder cada vez mais espaço na capital federal, principalmente na Asa Norte, região conhecida por ter um movimento mais intenso.

No dia 8 de outubro, o Baóbar, na 411 Norte, foi interditado pelo Instituto Brasília Ambiental (Ibram) por conta do descumprimento da Lei do Silêncio. A interdição do estabelecimento deu início a uma sequência de bares que foram afetados por reclamações de barulho.

O proprietário do bar, Neo Silva, 40 anos, defende que o local é conhecido pelas rodas de samba e apresentações de forró e que o cliente anseia por isso. De acordo com ele, houve tentativa de diálogo com os vizinhos para manter uma boa relação entre o comércio e o residencial desde que recebeu o alvará de funcionamento, mas a convivência não foi tranquila. “A galera quer tomar uma cerveja até mais tarde e ouvir música, mas tem que ser longe da própria casa”, lamenta.

O proprietário do reduto de samba afirma que a Lei do Silêncio é impraticável para os comerciantes colocarem música ao vivo, tendo em vista que as adequações sonoras são caras. “É como se o morador tivesse mais direito do que o comerciante na cidade”, diz ele.

Apesar da interdição, o Baóbar conseguiu voltar a funcionar, mas o movimento do espaço caiu drasticamente. Com uma bandeira LGBTQIAPN+ estendida, o bar carrega a busca por diversidade, pelo respeito e pelo resgate da brasilidade. “Se alguns moradores se incomodam com o público que frequenta o bar, eu não sei, mas a gente não pode mudar nosso ideal por causa disso”, ressalta Neo Silva.

Logo após a restrição feita ao Baóbar, no dia 10 de outubro, o Primo Pobre, na 203 Norte, também anunciou o fechamento. Com uma nota de repúdio nas redes sociais, eles informaram que a decisão foi motivada por denúncias de vizinhos.

Outros casos

Assim como o Baóbar e o Primo Pobre afirmam ter se esforçado para ter uma boa convivência, o mesmo alega Bianca Martim, 46 anos, proprietária do Culto Rock Bar, na 408 Norte. O espaço underground informou o fechamento no dia 9 de novembro. Segundo a responsável pelo local, desde o primeiro dia de funcionamento, uma vizinha tenta de “todas as formas” fechar o negócio e chama “todos os órgãos fiscalizadores existentes”.

“Fizemos várias mudanças na programação musical do bar, cortamos as bandas ao vivo e diminuimos ao máximo a música mecânica, o que inviabilizou a contratação de DJs e artistas em geral. Logicamente, isso diminuiu a movimentação de pessoas e os rendimentos”, conta Bianca. Para a empreendedora e publicitária, pessoas que “não suportam diversão” deveriam escolher quadras “mais mortas” para morar.

Além de todos sofrerem com as denúncias, a história dos três empreendimentos esbarram em mais um ponto: todos se consideram



O Baóbar ficou uma semana fechado após interdição do Ibram | Arquivo pessoal

ambientes plurais. “A gente acompanha desde sempre os problemas exclusivos com lugares voltados para roqueiros, LGBTs e jovens pobres e negros, não é?”, indaga Bianca Martim.

Moradores

A professora de urbanismo na Universidade de Brasília Gabriela Tenório diz que o plano urbanístico da cidade é responsável por parte do problema. A setorização do espaço se torna desagradável para ambos os lados e transforma o silêncio e a diversão em luxos semelhantemente escassos. “O plano urbanístico, quando ele setoriza muito - não mistura moradia com as

“O plano urbanístico, quando ele setoriza muito, traz esse poder da intolerância”

- Gabriela Tenório
Professora da FAU - UnB

outras atividades de uma cidade -, ele traz esse poder da intolerância”, afirma.

Apesar da repressão sofrida pelos espaços com música na Asa Norte, a vida dos moradores que convivem com o barulho também não é fácil. Danile Tamara, 25 anos, que morou na 409 Norte durante três anos, lutava diariamente com o barulho incessante vindo dos comércios. Enquanto morava no local, ela não fez denúncias por achar que não teria voz contra os estabelecimentos. Nesse caso, a perturbação foi discutida em reuniões de condomínio, que resultaram apenas em uma placa de “proibido som automotivo”.

A crítica gastronômica e influenciadora Luciana Barbo, 47 anos, também sofreu com o som excessivo durante dois anos, quando morava em cima de um bar no início da Asa Norte. Ela se mudou por “não aguentar mais” e define o momento da vida que passou lá como “caótico”.

Ao invés de o som abaixar às 22h, Luciana diz que ele apenas aumentava. Além disso, o barulho não acabava com o fechamento do bar. A limpeza, as cadeiras arrastadas e as garrafas sendo descartadas também geravam transtornos. Ao contrário de Danile Tamara, Luciana Barbo tentou buscar ajuda da polícia, mas não chegou a ver ações serem tomadas.

Entre as situações que Luciana lidou com o exagero de som, teve um marcante. Ela chegou em casa meia-noite e a música estava em um volume altíssimo. Quando olhou, percebeu que havia somente duas mesas pequenas no estabelecimento e que não havia necessidade de um som exagerado. Na ocasião, o garçom concordou com a moradora e reduziu o volume.

Apesar de ter sofrido com o barulho, a solução de Luciana se assemelha à oferecida por Bianca Martim, do Culto Rock Bar. De acordo com ela, quem não tolera música não pode morar em lugares com bares e os empreendedores devem dialogar e entender os limites dos vizinhos para que seja possível negociar e, assim, criar uma convivência pacífica.

Mesmo com os recentes fechamentos devido ao aumento de ações fiscais, a superintendente de Fiscalização e Monitoramento Ambiental do Ibram, Simone Moura, afirma que menos de 10% das ações realizadas pelo órgão resultam em interdição. “Mesmo quando isso ocorre, a medida é mantida apenas até que o estabelecimento esteja devidamente regularizado”, diz Simone.



Reclamações de vizinhos levaram ao fechamento do Culto Rock Bar, na 408 Norte | Giovanna Kunz